



A Passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro em 26.06.1968, contra a Ditadura

O BRASIL DA DITADURA À CONTEMPORANEIDADE (1960/2022)

Luiz Afonso Simoens da Silva

Introdução

No dia oito de fevereiro de 2024, a Polícia Federal soltou uma bomba no meio da sala. Ela era esperada e desejada por muita gente. Uma gente que temia que a fragilidade institucional do país levasse as autoridades policiais a recuar de seu intuito de responsabilizar a tentativa de golpe do governo Bolsonaro. Não houve recuo, houve cautela nas investigações. Nos dias subsequentes, o ranger de alguns dentes tem-se feito ouvir. Que seja.

Os jornais começaram a registrar o óbvio: essa é a primeira vez que o Brasil cogita prender seus eternos golpistas. Será feito agora o que os vizinhos no Sul já haviam feito com relação a suas próprias ditaduras militares? Estará o Brasil avançando institucionalmente, ainda que aos trancos e barrancos, no meio da maior algazarra? Tomara!

Este texto tentará enfrentar a segunda metade do século XX, aquela parte de nossa história que não foi banhada pela luz da democracia, entre 1964/1985 e as tentativas de retomar uma certa normalidade democrática dali em diante, até que o passado, que parecia morto, voltou à tona para nos atormentar.

Lembra um pouco o filme Fanny e Alexander, de Ingmar Bergman. O Adolescente Alexander e sua irmã menor Fanny correm aliviados pelos escuros corredores de um castelo onde moravam sob o autoridade de um padrasto grosseiro e mau. Esse padrasto morreu e os jovens estavam em vias de voltar para a antiga residência, onde viviam parentes carinhosos. Daí a alegria da corrida pelos corredores. Numa curva do caminho, porém, “aparece” o fantasma do padrasto, que aplica uma forte bofetada no rosto de Alexander e lhe diz raivosamente: você pensa que está livre de mim? Isso nunca acontecerá! Quando você menos esperar, lá estarei eu...

A pergunta que se coloca é: até que ponto as tentativas de golpe de Bolsonaro estão conectadas com o golpe militar de 1964? Em outras palavras: o ódio, o ressentimento, o negacionismo que dominam a vida política nacional não teriam sido plantados lá atrás?

O esgotamento de uma era (1961/1963)

Na virada para os anos 1960, o Brasil contava com 70 milhões de habitantes e a expectativa de vida tinha subido, em números redondos, de 46 para 52 anos. Dados retirados do IPEADATA, em fevereiro de 2024, mostram que o PIB cresceu 9,8% e a inflação atingiu 39,4%. em 1959, e 9,4% e 30,5%, em 1960.

No artigo acerca dos anos dourados da década de 1950, que está publicado neste *site*, já foram mencionados alguns contos. Um deles será aqui repetido. Eles foram coletados em Moriconi (2000:105), que escolheu e organizou alguns das melhores crônicas do século XX. Ele afirmou, por exemplo, que, nos anos 1945/1960, os contos se tornaram modernos, mais maduros e a linguagem cotidiana dos brasileiros ficou mais uniforme. Relações afetivas exibiram seu lado difícil. Descompassos na família. Saudades. Lirismo. Os anos 1960, por outro lado, revolucionaram as narrativas curtas ao falar de nossa contemporaneidade urbana, agitada por conflitos psicológicos e sociais. Não há mais lugar para o lirismo. O país cresceu e quer narrativas que falem da crueza do mundo real.

Foi o que fez Clarice Lispector, em 1960 no conto *Amor* de seu livro *Laços de Família*. Ana vive uma vida adulta relativamente confortável, ao lado de “um homem verdadeiro e filhos verdadeiros”, sem a felicidade que desejava, mas com raízes firmes nas coisas do mundo. Os dias de sua vida são como uma eterna repetição dos dias anteriores. “Assim ela o quisera e escolhera”. De repente, um incidente pífio: o bonde para num ponto onde se encontra um homem cego. A visão daquele homem desperta nela uma sensibilidade social há muito apagada. No resto da viagem, Ana começa a ver o mundo com novos olhos. “O mundo se tornara de novo um mal-estar”. Amor e Nojo se juntavam na natureza. À noite, depois de fazer o jantar para a família e parentes que os visitaram, Ana começa a aquietar. O encontro foi bom, não houve brigas familiares, as crianças não os aborreceram. Abraçada ao marido, se deixou levar para o quarto do casal. Ele “a afastou do perigo de viver”. “Acabara-se a vertigem de bondade”. Tendo atravessado “o amor e seu inferno”, ela se penteia, apaga o mundo de seu coração e “antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia” (1960:212/9).

Quem é a Ana de Clarice Lispector? Uma conservadora que se esconde do mundo ao assumir o papel de mulher “do lar”? Entende-se o seu mal-estar, que pode ser uma metáfora para os perigos políticos na abertura da nova década, onde as costumeiras forças do atraso já se aglomeravam e esperavam... Ela se refugia dos perigos da Modernidade no atraso do patriarcalismo ou expressa as inquietações de uma mulher em transição para um mundo menos compreensível?

<https://doceru.com/doc/1ss581/>

Em abril de 1960, Juscelino Kubitschek (JK) inaugurou Brasília, seu sonho de interiorização do desenvolvimento brasileiro. Em outubro, Jânio Quadros (JQ) se elegeu Presidente e João Goulart (Jango), seu opositor político, ficou com a Vice-Presidência.

Em janeiro de 1961, JQ tomou posse na Presidência da República com um programa de combate à corrupção, típico dos movimentos conservadores: o “varre-varre-vassourinha”. Em agosto do mesmo ano ele renunciou, deixando explicitado o vazio de suas propostas de governo. Vislumbrando uma oportunidade de interferir nas instituições políticas, o exército se opôs à posse de Jango, Seus quadros, porém, se dividiram: os ministros militares vetaram seu nome, mas os comandantes do Sul apoiaram. A solução encontrada, totalmente extemporânea, foi a mudança para um regime parlamentarista, onde o novo

presidente poderia ser *emparedado*, para usar uma expressão que Elio Gaspari recolheu aparentemente nos meios militares.

Em 1962, A economia começou a fraquejar. Ano marcado por saques, greves e renúncia de Tancredo Neves do cargo de primeiro-ministro. Seguindo a cronologia de Gaspari (2002:381), nem tudo estava mal: o Brasil conquistou o bicampeonato de futebol e Anselmo Duarte ganhou a Palma de Ouro de Cannes, com *O Pagador de Promessas*. Na música, Tom e Vinicius compuseram *Garota de Ipanema* e a bossa-nova fez sucesso no *Carnegie Hall*, de Nova Iorque, em novembro de 1962. Nesse histórico show de bossa-nova, João Gilberto, munido apenas de um violão, cantou Samba de Minha Terra, com Milton Banana na bateria, e Corcovado e Desafinado, com Tom Jobim ao piano. Foi mais aplaudido por um pequeno número de músicos americanos, do porte de Miles Davis e Dizzy Gillespie, que pelo público em geral (Castro, 2019:325/6). As portas do mundo foram abertas, particularmente para Tom Jobim e João Gilberto.

Samba da minha terra, de Dorival Caymmi, com João Gilberto e a nova batida do violão. Corcovado (1960) de Tom Jobim na interpretação de Miles Davis (Quiet Nights de 1962)



Em janeiro de 1963, um plebiscito conseguiu reverter o regime parlamentarista. Algumas tendências caóticas se manifestavam, confrontos eram crescentes com as forças armadas e o governo lutava para implantar as chamadas reformas de base, voltadas para um programa de forte conteúdo social; em particular, o combate à pobreza. Em outubro, Jango tentou colocar o país em estado de sítio, mas fracassou. A economia se degradou a ponto de quase zerar seu crescimento e a inflação acelerou.

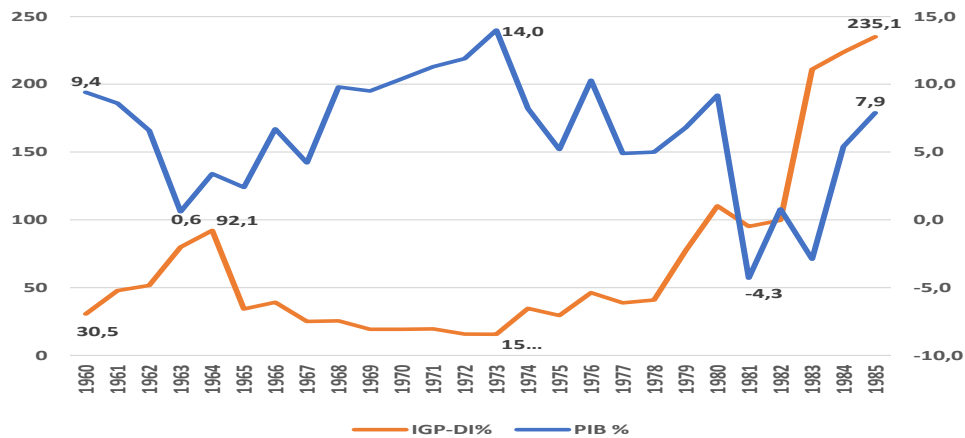
Em 13 de março de 1964, ocorreu o Comício da Central, no Rio de Janeiro. Gaspari (2002:382) cita a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Ainda em março, começou a rebelião dos marinheiros, que tinha como líder o Cabo Anselmo, que anos depois se saberia que era um agente infiltrado pelos militares nas hostes de esquerda. Na entrada de abril, Jango caiu.

Em resumo, com o fim do governo JK em 1960, começou um processo de transição conflituoso, que vai de 1961 a 1963, com queda do forte crescimento do período anterior e aceleração da inflação. Médias são muitas vezes enganosas. Dizer que, entre 1961/1963, a média de crescimento do PIB foi de 5,3% ao ano esconde o fato de que o PIB cresceu 8,6% em 1961, no rescaldo do governo JK, caiu para 6,6% em 1962 e para 0,6% em 1963, conforma gráfico a seguir. Uma rápida destruição do espírito construtivo que predominara até então. A inflação acelerou, subindo de 47,8% para 51,6% e para 79,9%.

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB E INFLAÇÃO					
	md 61-63	md 64-68	md 69-73	md 74-77	md 78-85
PIB %	5,3	5,3	11,4	7,2	3,5
IGP-DI%	59,8	43,2	17,9	37,3	136,6

fonte: IPEADATA: PIB a preços de mercado e IGP-DI.

BRASIL - INDICADORES SELECIONADOS



A ditadura militar (1964/1985)

O período 1964-68 foi chamado por Gaspari de *A Ditadura Envergonhada*.

Na esfera política, em 9 de abril de 1964, um primeiro Ato Institucional cassou quarenta mandatos de parlamentares, além de JK. No balanço do ano, contaram-se vinte mortos (nove suicídios) e 203 casos de denúncias de torturas (Gaspari, 2003:382). No plano econômico, Octávio Gouvêa de Bulhões foi empossado no Ministério da Fazenda e Roberto Campos no Ministério do Planejamento. O objetivo prioritário foi o combate à inflação, que envolveu fim a subsídios de crédito, negociação da dívida externa, arrocho salarial, criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), do Banco Central do Brasil (BCB) e da correção monetária. O conjunto dessas medidas permitiu que se conseguisse estabilizar o PIB e reduzir a taxa de inflação.

Nos anos de Castello Branco, enquanto a economia começava a acalmar, os ventos políticos traziam más notícias: a repressão aumentou e a oposição buscou se reorganizar. Em 1965, Castello Branco baixou o AI-2, que dissolveu os partidos e tornou indireta a eleição de seu sucessor. Continuaram as denúncias de torturas, agora em número de 84, com três mortos. Em 1966, o Congresso elegeu Costa e Silva, enquanto Castello Branco cassou mais seis deputados, fechou o Congresso por dez dias e acrescentou mais 66 denúncias de torturas, com dois mortos (idem:384). Em 1967, foi promulgada uma nova Constituição, Costa e Silva tomou posse, Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda e Castello Branco morreu em desastre aéreo.

Depois da emissão de novos atos institucionais, cassações de mandatos, fechamentos do congresso e torturas a desafetos, chegou-se ao crucial ano de 1968. Entre bombas, greves, com mortos e feridos, aconteceu em junho a *Passeata dos Cem mil*, no Rio de Janeiro, que reuniu artistas e estudantes em oposição à ditadura. A febre continuou subindo até dezembro, quando o teto do mundo desabou: foi baixado o AI-5, a poderosa arma que escancarou as portas do arbítrio. A censura escalou a níveis insuspeitados, centenas de pessoas foram presas, dentre políticos (Lacerda, por exemplo) e artistas (Caetano Veloso e Gilberto Gil). O ódio à cultura foi explicitado. Como, desde 1967, Costa e Silva considerava que a plenitude democrática estava alcançada, restando apenas consolidá-la, não fica difícil entender que o ano de 1968 tenha sido definido como o do começo do *milagre econômico*: PIB de 9,8% e inflação de 25,5%. Hoje, isso talvez pudesse ser chamado de vida em universo paralelo.

Na literatura, Dalton Trevisan publicou um romance policial, que retratava um sátiro assassino que aterrorizava a cidade, *O Vampiro de Curitiba* (1965). Como bem o disse Moriconi, os contos focavam a crueza de um mundo urbano, cheio de conflitos sociais.

<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/especiais/dalton-trevisan-90-anos/o-vampiro-de-curitiba-2jjxb6kfv0lll2ityartf3dfp/>

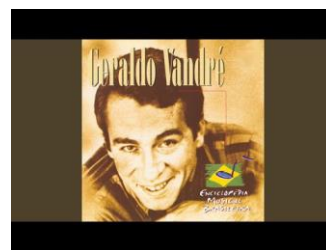
Na música, Chico Buarque, os tropicalistas Caetano e Gil e Geraldo Vandré apelavam às metáforas para burlar a censura.

Chico Buarque – Quem te viu, quem te vê no Festival da Record em 1966 (que Chico Buarque ganhou com *A Banda*)



Em 1967, Tom Jobim lançou disco com Frank Sinatra, foi criado o Movimento Tropicalista e Caetano Veloso apresentou *Alegria, Alegria*, no Festival da Record. Apesar do ineditismo da letra, ele ficou em quarto lugar na competição.

Geraldo Vandré – Pra não dizer que não falei das flores (*Caminhando*) que levantou o Maracanãzinho em 1968 e virou um hino contra a ditadura.



O período 1969-73 ficou conhecido como *A ditadura Escancarada*, por conta do endurecimento do regime que editou o AI-5 no final de 1968 e pelas fortes taxas de crescimento do produto (taxas chinesas, hoje se poderia dizer) e moderação da inflação. Costa e Silva radicalizou a repressão, mas sofreu isquemia cerebral em agosto de 1969. Em setembro foi sequestrado o embaixador americano e, em outubro, o congresso foi reaberto e elegeu Garrastazu Médici como novo presidente. Um presidente que se caracterizaria como o mais duro de quantos estiveram no poder.

Não se vai aqui listar o grande número de sequestros, prisões e mortes. Gaspari (2002:470) cita o *New York Times*: “O regime é antipatizado, mas o Brasil cresce”. E cresceu muito. A média do período foi de 11,4% ao ano para uma inflação cadente de 17,9%. O melhor é falar das grandes linhas da economia comandada por Delfim Netto. O Brasil já vinha seguindo uma estratégia de industrialização por *substituição de importações* desde, pelo menos, os anos 1950. Os militares, fiéis à *doutrina de segurança nacional*, continuaram nessa senda. Afinal, desde um ponto de vista militar, o ideal de um país seria alcançar o máximo de produção local e ter um mínimo de exposição externa. Em contrapartida, ao retirar os direitos políticos de seus cidadãos, ofereceram uma

acelerada promessa de consumo de bens duráveis e não duráveis. Ou seja, a par de construir uma indústria poderosa, que gerava empregos de maior nível de capacitação, o sistema político destruía o próprio conceito de cidadania e o substituiu pelo de consumidor. Uma grande contradição, sem dúvida, porque visava um país economicamente grande, com uma população política infantilizada e facilmente manipulável pelo governo central.

Assim é que, enquanto o Brasil conquistava o tricampeonato mundial de futebol em 1970, com a suposta interferência do Presidente na contratação do técnico da seleção, Caetano Veloso e Gilberto Gil já estavam exilados em Londres desde 1969, Chico Buarque estava na Itália e o diplomata Vinicius de Moraes foi aposentado com base no AI-5. Outro exemplo de como a cultura era tratada foram as comemorações do *Sesquicentenário da Independência*, em 1972, que incluíram trazer os ossos de Pedro I para o Brasil e fazê-los circular por todos os estados da federação, até serem enterrados em monumento do Museu do Ipiranga. Um *show* de péssimo gosto, com intuito meramente propagandístico das conquistas econômicas do Brasil Grande. A vilipendiada cultura reagiu.

Em 1970, Chico compôs *Apesar de Você*, Paulinho da Viola apresentou *Foi um Rio que passou em minha vida* e, para não dizer que não falei das flores, Roberto e Erasmo gravaram *Jesus Cristo*. Melhor ignorar esta última...

Chico Buarque, *Apesar de Você*, 1970. Paulinho da Viola compôs *Sei lá Mangureira*, com Hermínio Bello de Carvalho, em 1968, que fez sucesso. A Portela não gostou e cobrou resposta. A música agradeceu porque em 1969 saiu *Foi um rio que passou em minha vida*.



A violência política e social dos anos 1970 despertou a revolta de uma geração, que se expressou numa literatura que deu um salto de qualidade com relação à década anterior. Para *Moriconi* (2000:281), ela se afirmou “como instrumento adequado para expressar artisticamente o ritmo nervoso e convulsivo desta década passional”. Muitos contos falam de violência, de paixão, de estranheza das coisas do mundo. Ali se encontram Raduan Nassar (*Aí pelas Três da Tarde*, 1972:310-311), Clarice Lispector (*Felicidade Clandestina*, 1971:312-314), Otto Lara Resende (*O Elo Partido*, 1975:315/324), e Rubem Fonseca (*Feliz Ano Novo*, 1975:334/340). Enquanto a classe média brasileira se desenvolvia e se voltava ao consumo dos produtos importados, *Moriconi* (*idem*) atirava no centro do alvo: “Diante do consumismo e da internacionalização em que mergulha a classe média, a arte do conto busca trazer à tona o outro lado – o lado violento e obscuro da realidade. O contista brasileiro dos anos 70 quer desafinar o coro dos contentes”.

Rubem Fonseca, *Feliz ano novo* (1975), revela a que nível brutal subiu a violência social entre uma burguesia anestesiada e os marginais do sistema. O livro teve sua publicação e circulação proibidas no Brasil, sendo recolhido pelo Departamento de Polícia Federal, sob a alegação de conter “matéria contrária à moral e aos bons costumes”

<https://doceru.com/doc/sx0evxe/>

Pode-se dizer, sem medo de errar, que o impacto do forte crescimento dividiu a sociedade brasileira. Muita gente que melhorou de vida aderiu ao regime e fez vistas grossas aos

crimes que ocorriam nos porões da ditadura. O impacto foi grande na cultura. Os que não se deixaram enganar, tentaram de todos os modos possíveis manter viva sua arte. Também ali a sociedade se dividiu, antecipando um comportamento que se tornaria rotineiro no futuro. O mundo dos *contentes* nunca levou em conta as agruras dos perseguidos.

No período seguinte, com Ernesto Geisel, 1974/1977, já com 104,2 milhões de habitantes, *A Ditadura Encurralada* perdeu ritmo de crescimento e viu a inflação se acelerar.

As dificuldades enfrentadas pelo governo tiveram origem externa. O mundo mudou para pior. Em 1973, por exemplo, a ordem de *Bretton Woods*, que propunha variáveis macroeconômicas estáveis, começou a colocar seus pressupostos em xeque. Após cerca de *trinta anos dourados* da economia mundial (1944/1973), a economia americana começou a enfrentar a concorrência das reconstruídas economias europeias, particularmente a alemã, e a do Japão. Acrescente-se a esse quadro os impactos da Guerra do Vietnã nas finanças dos Estados Unidos. O resultado foi o enfraquecimento do dólar e sua consequente flexibilização. Entre 1971/1973, o dólar perdeu sua relação fixa com o ouro e passou a flutuar nos mercados internacionais. Como ele é a âncora do sistema, a década de 1970 presenciou o início da flutuação de todas as moedas mundiais. As taxas de juros também deixaram de ser fixas e começou um forte movimento pela liberação dos fluxos internacionais de capitais. O neoliberalismo começava a abrir seu caminho para o topo. A tendência, portanto, foi a de abandonar a estabilidade nas relações econômicas, em favor de um mundo muito mais instável. Além disso, em 1973 ocorreu um primeiro choque do petróleo, que triplicou o preço do produto. Mais adiante, em 1979, haveria outro choque do petróleo, também de grande impacto no preço da energia dominante.

Em resposta à crise ocasionada pelo primeiro choque nos preços do petróleo, foi levado a cabo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em setembro de 1974. Seu objetivo básico foi o de desenvolver uma indústria de insumos básicos e, com isso, completar o processo de industrialização nacional, que já contava com os setores de bens de capital e de bens de consumo (durável e não-durável). Ainda em 1974, foi inaugurada a ponte Rio-Niterói. Em janeiro de 1975 começou a construção de Itaipu. Em junho, Brasil e Alemanha assinaram o Acordo Nuclear (Gaspari,2004:491).

O Brasil não estava preparado para enfrenar tais mudanças no ambiente e trouxe impactos financeiros. O governo procurou repensar o planejamento de modo a não abrir mão do desenvolvimentismo de sua economia, mas não pode impedir a queda nas taxas de crescimento (de 8,2% do ano anterior para 5,2%) e a inflação de 29,4% continuava tirando o sono do Presidente. A dívida externa do Brasil fechou o ano em US\$ 20 bilhões 35% acima do ano anterior, conforme dados do Banco Central do Brasil. Até o final do governo Geisel, ela subiria para US 38 bilhões,155% acima dos níveis de 1973.

João Bosco e Aldir Blanc, *O mestre sala dos mares* (1974) e
Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, *Pesadelo* (1974), com MPB 4



Para conturbar mais o ambiente, Ernesto Geisel, assessorado por Golbery do Couto e Silva, teve de enfrentar a “linha-dura” das forças armadas, que estavam empenhadas em continuar o ambiente de repressão. Seu líder era o Ministro da Guerra, Silvío Frota.

Gaspari, que afirmou ter pensado em dar prioridade às relações entre Geisel e Golbery, concluiu com brilho seus estudos acerca dessa época. Geisel, que sempre militara a favor do regime de exceção, percebeu que o sistema não tinha mais condição de continuar, particularmente após as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do metalúrgico Manoel Filho, em janeiro de 1976, em São Paulo. Em consequência, Geisel demitiu o comandante do II Exército e o Ministro do Exército, entrou na linha de tiro. Sua demissão só ocorreu em outubro de 1977, quando ele emparedou Silvío Frota, dando início a um processo de distensão, que teria de ser lento e gradual. Em 1978, com ampla popularidade no Rio de Janeiro e São Paulo, indicou Figueiredo à Presidência e recolheu-se à vida privada. Morreu em 1996 no Rio de Janeiro.

O período final, *A Ditadura Acabada*, 1978-85, não merece mais que um parágrafo. Figueiredo tomou posse em 1979, prometendo manter a abertura política. No seu modo rústico, afirmou que prenderia e arrebitaria aqueles que se opusessem à abertura. Em agosto do mesmo ano, promulgou a Anistia. Em novembro, o Congresso extinguiu o bipartidarismo. Os exilados voltaram para casa e começou um intenso processo de rearrumação política, que acabou escolhendo Tancredo Neves para a Presidência, numa eleição ainda indireta. Ele viu despencarem as taxas de crescimento do produto e cavalgarem as taxas de inflação. Final melancólico. Com Tancredo internado, Figueiredo recusou-se a passar a faixa presidencial para José Sarney. Parece uma sina: seres toscos e incultos não conseguem respeitar os ritos políticos democráticos. Bolsonaro fará a mesma coisa a seu tempo. E também irá pedir anistia.

A Nova República (1985/2018)

O fim do regime militar deixou o Brasil com uma grande desorganização institucional e a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. Agravando o quadro político, o presidente eleito Tancredo Neves morreu antes mesmo da posse. Seu sucessor, José Sarney, não gozava da mesma confiança que o povo dedicava a Tancredo Neves. Demandas reprimidas por direitos humanos vieram à tona, como não poderia deixar de ser, mas já num momento de exaustão e empobrecimento do país. Houve liberdade política, mas não foi reencontrado o caminho do crescimento. Crises cambiais e surtos hiperinflacionários marcaram o período. De oito presidentes, dois foram impedidos. Pode-se dividir aqueles anos em três períodos:

I. Os governos de Sarney (1985/9), de Fernando Collor (1990/1), impedido em outubro de 1992, e de Itamar Franco (out.1992/4) foram marcados por queda do crescimento econômico e fortes desequilíbrios inflacionários, com tentativas mal sucedidas em planos de estabilização monetária: Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. No caso de Itamar Franco, porém, o Plano Real ocorreu em seu mandato, onde Fernando Henrique Cardoso era seu Ministro da Fazenda. O que de mais importante aconteceu foi a promulgação da Constituição de 1988, resultado do pacto político estabelecido pós-ditadura militar (Khair, 2019:14).

II. Um segundo período, de maior expressão política e econômica, veio na sequência com dois presidentes, que cumpriram dois mandatos cada um: Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995/2002, e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), entre 2003/10. Já enfrentando o peso crescente da crise econômica global Dilma Rousseff (2011/ago.2016) foi a primeira presidente mulher, que cumpriu um mandato e foi impedida em seu segundo mandato.

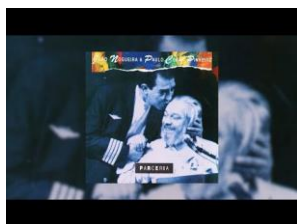
Por conta de deterioração do ambiente externo ao país, que começara ainda no segundo mandato de Lula, ela vivenciou decréscimos no PIB e aceleração inflacionária.

O governo FHC coincidiu com uma época de enorme liquidez internacional, que incluiu uma mudança no padrão de financiamento externo dos países emergentes. Até os anos 1990, crises financeiras vivenciadas por esses países passavam por pedidos de empréstimos ao FMI e Banco Mundial, fundamentalmente. A partir daí, mais ou menos a época em que as *irmãs de Bretton Woods* faziam cinquenta anos de existência, a banca privada internacional começou a tomar o lugar dos organismos internacionais.

Em 1994, ainda como ministro de Itamar, FHC implantou o Plano Real. Em nome de um processo de modernização da economia, ele iniciou um processo de abertura da economia ao exterior, para aproveitar o excesso de liquidez internacional, acelerou um programa de privatizações, um mantra do neoliberalismo vitorioso, e criou agências reguladoras para as empresas públicas. O respeito à Lei de responsabilidade Fiscal dotou a administração pública de instrumentos de controle e planejamento, que possibilitaram maior transparência do gasto público (Khair, 2019:15). Finalmente, em função de uma crise cambial em 1998, adotou o tripé macroeconômico que ainda prevalece: câmbio flutuante, metas inflacionárias e equilíbrio fiscal (Valor Econômico, 27.02.2024:A4).

Apesar dessas iniciativas, ou por conta delas, o crescimento econômico foi baixo e a vulnerabilidade externa do país ficou clara em 1999/2002. Os capitais privados foram abundantes por um certo período, mas sempre que há uma crise a caminho, eles são os primeiros a cair fora. O Brasil, bastante afoito, promoveu mudanças institucionais no trato dos capitais estrangeiros, tornando-se um dos países com maior volatilidade externa. O país precisou quebrar na crise cambial de 1999, para que hoje se saiba que uma saudável composição da Rede Financeira de Segurança Global (GFSN, na sigla em inglês) passa pela seguinte ordem: aumento e manutenção das reservas internacionais, o que começou a ser feito em FHC, seguido de linhas de crédito (*swaps* de moedas) disponibilizadas por países como Estados Unidos e, mais recentemente China, e por proteção a ser dada pelos organismos internacionais, preferencialmente por novas linhas de crédito que não imponham condicionalidades macroeconômicas. Esse assunto já foi tratado neste *site* em artigo a respeito do aumento das cotas do FMI.

João Nogueira e Paulo César Pinheiro, O Poder da Criação, parceria de 1994 e Aldir Blanc e Cristóvão Bastos – Resposta ao Tempo (1998)



Nas gestões do presidente Lula (2003/10), o crescimento acelerou e houve resultados positivos na inclusão social e na distribuição do excedente econômico. “A redução das desigualdades sociais por meio de programas de transferência de renda determinou a retirada de 28 milhões de brasileiros da linha de extrema pobreza” (Khair, 2019:15/16).

Levando em conta os fluxos de capitais, num primeiro momento a vulnerabilidade externa, que levou à crise cambial de 1999, desvalorizou fortemente o Real e tornou-o flutuante. Aos poucos, o país começou a ajustar sua balança comercial, também porque

aumentava fortemente a demanda externa por produtos primários, agrícolas e minerais. Os déficits comerciais da era FHC, pela supervalorização do Real, foram compensados pelos superávits comerciais de 2003/7, pela desvalorização da moeda. A essa altura, porém, a gestão Lula já estava permitindo a revalorização do Real.

Em consequência, o impacto negativo em sua gestão veio por intermédio da crise financeira global, que entrou no Brasil em 2007/8, pela porta do crédito, com ajuda da política monetária, que ainda aumentava as taxas de juros poucos dias antes da quebra do *Lehman Brothers*. O Brasil não sofreu com a crise das hipotecas *subprime*, porque o Banco Central (BCB) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ainda impediam a aplicação de recursos internos no exterior, mas sofreu com a perda de competitividade.

O governo Dilma Roussef começou em janeiro de 2011, no início de um novo período de deterioração das expectativas de desempenho da economia: queda dos preços agrícolas e minerais de exportação e aumento do protecionismo internacional. Uma melhor coordenação entre as políticas monetária e fiscal permitiu a queda da Selic, mas não teve força suficiente para estancar a tendência estagnacionista da indústria. Mais adiante, em maio de 2013, a Selic voltou a subir, porque, na tentativa de acelerar o crescimento, foram feitos acordos tributários favoráveis à indústria, que, em contrapartida, buscava manter o elevado nível de emprego. A quebra na coordenação Tesouro/Banco Central esteve na origem da nova alta da Selic, em busca de conter novo surto inflacionário. Sem estender essa análise, o peso da crise global e a incapacidade de enfrentar os desafios externos e internos, levaram ao impedimento da presidente Dilma, em 2016.

III. Um terceiro e último período da Nova República teve Michel Temer na presidência, entre ago.2016/2018), com pequeno aumento na inflação e decréscimo no PIB. O caminho ficou aberto para o governo Bolsonaro, de triste lembrança.

Como um adendo, tratou-se aqui o governo Bolsonaro. Falar o quê? COVID com cloroquina? Armas para todos (o TCU acaba de divulgar um inquérito que mostra que uma enorme quantidade de armas foi vendida a criminosos condenados e milicianos conhecidos)? Pautas de costumes retrógrados? Desmontagem de instituições estatais de fiscalização e controle, o que facilitou a ocorrência de atos ilegais? O caso do meio ambiente não é paradigmático, por suas implicações globais? O julgamento desse governo está nas mãos de Justiça. Melhor pular direto para as questões importantes.

Questões em aberto

O objetivo deste texto não foi o de recuperar a história da ditadura brasileira, mas destacar alguns aspectos políticos que marcaram a sociedade e que se estendem até os dias atuais.

Na esfera política, o que fazer com os eternos golpistas é a questão central. Na primeira metade do século XX, apesar do atraso econômico e educacional do povo, o país tinha uma forte esperança de um dia construir uma nação moderna, avançada. Por modernidade, entenda-se um estado de coisas em que as instituições atendam ao interesse de toda gente, não apenas de alguns privilegiados, nascidos em famílias abastadas. Sérgio Buarque de Holanda já enfrentou essa questão, quando desenvolveu o conceito do homem cordial brasileiro, que de cordial nada tinha.

Na segunda metade, a luta pela modernidade foi barrada por um golpe militar, que permaneceu no poder por vinte e um anos. O povo e sua cultura foram tratados a base de porrete, enquanto se desenvolvia uma economia voltada para um novo homem. Não o homem brasileiro, miscigenado e pobre, mas cheio de vitalidade e ritmo musical. O homem privilegiado pela ditadura conformou uma nova classe média, consumista e

alienada das coisas políticas. Um homem sem ideias de futuro; não um cidadão, mas um consumidor. Membro de uma nova classe conservadora voltada para seus interesses materiais e contrária a quaisquer ideias de progresso social para as camadas mais pobres. Deve-se especular se não foi aí, nesse período em que cidadãos se tornaram consumidores e em que a política foi silenciada, que teria sido inoculado o vírus da discórdia e da autoalienação, que forçou o aparecimento do radicalismo de direita, que tanto mal tem causado ao Brasil no momento atual.

Esse indivíduo deu amplo apoio político à ditadura e a seu projeto de anistia, que não passava de uma forma de liberar seus quadros criminosos pelos desmandos autoritários, que tantas vidas ceifaram. Não chega nem a ser curioso, mas enquanto o governo Figueiredo nada tinha de útil a mostrar, ele se apresentou como aquele que buscou unir o país, por meio de uma anistia geral e por ter saído do palácio pela porta dos fundos, para não passar a faixa para Sarney. Bolsonaro fez o mesmo. São vinho da mesma pipa. Fugiu para os Estados Unidos e no domingo da avenida Paulista lançou o tema de uma nova anistia para os “pobres coitados” que depredaram o patrimônio público.

Esse tipo de indivíduo está na base da ascensão da extrema direita, que vem se fortalecendo no país, trazendo violência à política. Não que o brasileiro não fosse violento. Sempre foi, mas parecia que esse comportamento se bastava no plano pessoal. Era uma violência para roubar, matar e ferir inclusive as próprias pessoas de seu entorno. Uma herança bárbara do patriarcado. Agora, essa violência está se politizando. Ela busca ocupar os espaços de um *Centrão* político que defende todo um rol de costumes conservadores e a apropriação de verbas públicas para seus interesses paroquiais. Mentiras abundam. Ao tempo em que parlamentares de direita atacam o Judiciário por interferir em assuntos de sua alçada, se sentem à vontade para se apropriar de recursos orçamentários crescentes. O Presidente da Câmara fez uma interpretação “criativa” da Constituição: como é o Legislativo que faz as leis, é justo que ele as execute. Onde andarão a divisão e harmonia dos poderes? Não terá esse brasileiro se convertido ao fascismo?

Na esfera econômica, muita coisa além de obras paradas vai ficando para trás. O Plano Real, que está fazendo trinta anos, foi uma obra de mestre, mas parou na metade do caminho. Uma questão era acabar com a superinflação, o que foi feito. Outra era trazer as taxas de juros no mercado para um nível civilizado. Isso não foi feito, em grande parte por culpa do Banco Central, que tem sido um grande incentivador de juros altíssimos nos títulos da dívida pública e uma instituição incapaz de punir a rede bancária pelas taxas cobradas em seus serviços. Alega que respeita a liberdade do mercado. Com isso, de um lado agrada uma camada rentista expressiva e impede que o país retome taxas mais elevadas de crescimento. Pode-se, sem susto, dizer que a política monetária do país está a serviço do rentismo. E não é de hoje!

Finalmente, na esfera cultural, as tendências literárias, musicais e das artes plásticas, que foram tão presentes na construção do país na primeira metade do século, hoje parecem dispersas. Não é que ela tenham deixado de existir, mas que estão encapsuladas em nichos voltados mais para entretenimento e menos para influenciar a política nacional.

A literatura foi aqui representada pela pena de Clarice Lispector, Dalton Trevisan e Rubem Fonseca. Três mestres. Clarice pela sutileza e brilho na análise de uma mulher e suas inquietações no início dos anos 1960, quando se aproximava o golpe que mudaria os destinos do país. Dalton pelo realismo brutal na descrição de um psicopata sexual. Rubem pela descrição da violência de um grupo de facínoras contra uma festa burguesa. Talvez

se possa falar de uma violência de “velho estilo”, anárquica, ao contrastá-la com a violência de “novo estilo”, de natureza fascista.

A força da música nacional não se perdeu, mas se tornou mais fluida. O Samba-Canção e a Bossa-Nova perduraram por muitos anos, ainda que sempre acossados pela censura oficial. Apoio explícito, nos Anos 1960, foi dado pelo governo ao rock nacional, do tipo Jovem-Guarda, suficientemente anódino e ingênuo, que podia ser apresentado pela televisão a todas as famílias brasileiras nas tardes de domingo. Nem por isso a música deixou de se mover. Ela é um traço fundamental do caráter brasileiro, mas já se dividia em facções distintas. A verdade é que uma grande geração de músicos amadurecia à medida que a ditadura avançava. Caetano, Gil, Gal e Betânia experimentavam instrumentos do *rock* para compor canções-manifesto na *Tropicália*, que buscava, segundo Caetano, se opor à sofisticação da Bossa Nova. Chico Buarque tentava driblar a censura e aprovar suas músicas de protesto, algumas em parceria com Edu Lobo. Na Bahia, sempre lá, ainda hoje estão vivos vários blocos afros: *Olodum*, *Muzenza*, *Ara Ketu e Ilê Aiyê*, que têm objetivos mais ambiciosos e guardam as ancestrais raízes da música negra. Foram todos tratados como bandidos.

Vianna (2012: 144) reclamou da enorme mistura em que se manifesta a música brasileira. Não criticou a diversidade, mas a falta de um projeto político que falasse ao povo, como ocorreu com o samba, que se transformou em música nacional por volta de 1930. “Salvo engano, o que parece existir é uma multidão de grupos diferentes com projetos culturais diferentes, sem preocupação com unidades de qualquer espécie”.

As artes plásticas não apareceram neste texto. Em parte, por desconhecimento do que seja a arte contemporânea brasileira, em parte por uma certa saudade dos “ismos”. Muitos intelectuais se posicionam contra o que seria uma tendência a querer classificar tudo ao seu redor, o que equivaleria a colocar as artes e as ciências em gavetas específicas, apartadas de todas as outras. Bem, a intelectualidade às vezes extrapola. De nossa parte, há uma grande saudade do discurso do impressionismo, expressionismo, cubismo, surrealismo e abstracionismo. Todas essas artes tinham características específicas, gritadas em Manifestos grandiloquentes, que as diferenciavam das demais. O que dizer, então, da contemporaneidade? Nada. O que é contemporâneo é o que está acontecendo agora. Apenas isso. Não há um grupo de artistas de características próximas, do que decorre que todos são como “lobos solitários” na procura de seus desígnios. Por isso, se não parecem importantes para a própria arte, por quê o seriam para a política? Procurem obras de Di Cavalcanti, morto em 1976, do período final de sua vida. Infelizmente, ele já não tinha mais o que mostrar de novo e de influente nos rumos da arte e do país.

Ao cobrir para a Imprensa britânica a Paz de Versalhes, no final da Grande Guerra de 1914/1918, Keynes disse que as exigências de reparações de guerra impostas à Alemanha eram de tal ordem, que a assinatura do tratado de paz teria sido apenas o primeiro passo para uma futura segunda guerra mundial. Ele estava certo. O intervalo entre as duas guerras deveria ser visto, então, como um mero armistício de um só processo bélico, que dominou a primeira metade do século XX.

Parafrazeando Keynes, não teria sido apenas um interregno democrático o período da Nova República (1985/2018), de modo que com Bolsonaro se retomassem as ambições autoritárias de vastos segmentos civis e das forças armadas? O golpe não deu certo e aqui acaba a comparação com o pensamento de Keynes, mas a pergunta continua válida: não se deve estar sempre alerta para enfrentar os pesadelos dos intransigentes?

Referências bibliográficas

- Castro, Ruy. *Metrópole à Beira-Mar- O Rio Moderno dos Anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- Fonseca, Rubens. *Feliz Ano Novo (1975) in Os Cem Melhores Contos do Século* de Ítalo Moriconi, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2000, p. 334/340.
- Khair, Amir. *Quem põe o guizo no gato?* RG Editores. São Paulo, 2019.
- Gaspari, Elio. *A ditadura Envergonhada*. Ed. Schwarcz, São Paulo, 2002.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. Ed. Schwarcz, São Paulo, 2002.
- _____. *A Ditadura Encurralada*. Ed. Schwarcz, São Paulo, 2004.
- _____. *A Ditadura Derrotada*. Ed. Schwarcz, São Paulo, 2003.
- _____. *A Ditadura Acabada*. Ed. Intrínseca, Rio de Janeiro, 2016
- Lispector, Clarice. *Amor in Laços de Família*. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1998, retirado de Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século, de Ítalo Moriconi, Ed. Objetiva, RJ, 2000, p.212/29.
- Trevisan, Dalton. *O Vampiro de Curitiba (1965) in Os Cem Melhores Contos do Século*, de Ítalo Moriconi, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2000, p. 252/255.
- Valor Econômico. *‘Quase-moeda’ que deu vida ao real, URV completa 30 anos*. 27.02.2024:A4.
- Vianna, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2ª. Edição, 2012 [1995].